

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em Reais)

---

## 1. Informações do Instituto

### 1.1. Contexto operacional

O Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA, fundado em 15 de março de 1923, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
  - II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
  - III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
  - IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
  - V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
  - VI) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
  - VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
  - VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
  - IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
  - X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IPA, de conformidade com a legislação vigente;
  - XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
  - XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
  - XIII) Difundir a cultura física e desportiva;
  - XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.
-

## **INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em Reais)**

---

### **1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas**

#### **(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

#### **(ii) Programa de Integração Social (PIS)**

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE nº 636.941, Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22 de abril de 2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

#### **(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS**

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Instituição, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

#### **(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, renovado para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro 2019, através da Portaria nº 393 de 29 de maio de 2017. Aguardam análise do Processo 23000041716/2018-08 referente ao triênio subsequente. Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

#### **(v) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)**

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

---

**(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI**

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão por prazo de vigência de dez anos, contados da data de sua assinatura. A Instituição utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

**1.3. Situação patrimonial e financeira**

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2020, a Instituição apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 46.904.720 (R\$ 27.510.095 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido negativo de R\$ 201.718.686 (R\$ 160.256.619 em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício de 2020, a Educação Metodista focou seus esforços em medidas de contenção para os fortes impactos econômicos do segmento educacional decorrentes da pandemia de COVID-19, diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, e no Brasil, através do decreto legislativo nº 6 de 20/03/2020, onde foi estabelecido estado de calamidade pública.

Especificamente no segmento educacional, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância. Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores.

Diante deste cenário foram tomadas no 1º trimestre ações na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das

---

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em Reais)**

---

operações. Todavia, a redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral.

Todos esses fatores impactaram no aumento da evasão e da inadimplência, com o conseqüente aumento da pressão no fluxo de caixa, que combinados com o aumento de processos de judicialização enfrentados, culminou em profundas alterações, desde a composição da Alta Administração até em medidas de descentralização e suspensão de atividades de unidades e cursos deficitários. Mais especificamente a partir do 4º trimestre, a Administração passou a avaliar as possibilidades de solução para o cenário apresentado, ponderando a necessidade de ações, dentre as quais, as de vias extrajudiciais não se mostraram suficientes para garantir a sustentabilidade necessária, e então definiu-se como alternativa viável para manter o equilíbrio da continuidade das operações educacionais, o pedido de Recuperação Judicial, visando sustentar a melhoria constante da prestação de serviços, condição fundamental para que os compromissos financeiros sejam honrados.

Os desdobramentos decorrentes da medida adotada estão descritos na nota explicativa nº 30 - Eventos Subseqüentes.

Paralela a ação sob a ótica financeira, em 2020 a Administração também atuou densamente no fortalecimento da identidade e cultura local da instituição, e em melhorias na prestação dos serviços educacionais, dentre os quais destaca:

**Ensino Superior**

- Supressão de cursos deficitários.
  - Redefinição do ato de atribuição de aulas.
  - Redefinição das estruturas organizacionais.
  - Curricularização da Extensão e Reformulação Curricular.
  - Formatação do Programa Institucional de Nivelamento.
  - GT Documentos Institucionais.
  - Monitoramento do Censo da Educação Superior 2020 para melhoria da qualidade e performance no Cálculo Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC).
  - Planejamento Acadêmico Orçamentário.
  - Revisão de portfólio de graduação e pós-graduação.
-

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

**2.1. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**2.2. Principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

**2.2.1. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

**2.2.2. Apresentações dos resultados abrangentes**

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

**2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudos concedidas**

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 20).

---

**(i) Prestação de serviços educacionais**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares.

**(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)**

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, podendo, para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada nove alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101.

**(iii) Receitas antecipadas (matrículas)**

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

**2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

As aplicações financeiras compõem-se de fundos de renda e de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

---

#### **2.2.5. Ativos circulante e não circulante**

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidades e cheques a receber, considerados de difícil realização.

#### **2.2.6. Mensalidades a receber**

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) e Imposto de Renda dos funcionários da Instituição.

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

#### **2.2.7. Investimentos**

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

O investimento em coligada, quando aplicável, será registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado na mesma data-base do balanço do Instituto. A equivalência patrimonial será reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

#### **2.2.8. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis

---

necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

As depreciações dos ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 10.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

#### **2.2.9. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

#### **2.2.10. Passivo circulante e não circulante**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### **2.2.11. Empréstimos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

#### **2.2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar

---

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em Reais)**

---

os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**2.2.13. Provisão para férias e 13º salário**

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

**2.2.14. Estimativas contábeis**

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

**2.2.15. Redução ao valor recuperável dos ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Aplicações Financeiras	201.956	122.242
Banco Contas Movimento	43.178	97.818
Caixa	39.231	3.500
	<b>284.365</b>	<b>223.560</b>

As aplicações financeiras referem-se a Títulos de Capitalização - Barincap. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

### 4. Mensalidades a receber

Descrição (circulante)	2020	2019
Mensalidade a Receber (a)	11.422.787	9.707.244
Fies	9.874.665	8.859.580
Cheques em cobrança	2.099.631	2.103.178
Proies (b)	2.856.655	2.444.769
Cartão débito/crédito	25.630	815.253
Confissão de Dívida (d)	1.109.671	786.626
Cheques a receber	51.004	40.196
Restituível	99.472	111.958
Pronatec	120.012	120.012
Mensalidades a apropriar - Quero Pago	(342.850)	-
Mensalidade a apropriar - Fies Cooparticipação	(775.395)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.913.413)	(9.273.148)
	<b>15.627.869</b>	<b>15.715.668</b>
<b>Redução ao valor recuperável líquido - resultado (c)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Atualização do saldo - CFT	737.025	1.155.760
Redução ao valor recuperável	(1.170.330)	(3.766.655)
	<b>(433.305)</b>	<b>(2.610.895)</b>

(a) O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de provisões para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

(b) O Instituto passou a conceder bolsas Proies a partir de julho de 2013, em contrapartida, os valores das bolsas concedidas são convertidos em certificados, na forma de títulos de dívida pública (CFT), os quais são disponibilizados para a Instituição fazer o pagamento das parcelas das prestações do referido parcelamento. Os valores do Circulante, correspondem ao saldo do curto prazo do parcelamento constante na Nota Explicativa nº 15.

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Os valores do Não Circulante correspondem às bolsas que já foram concedidas para pagamento dos valores do parcelamento, constante na Nota Explicativa nº 15;

- (c) Em função das concessões de bolsas superarem o valor da dívida, em 2018 foi projetado o valor a pagar até o final do parcelamento e também foi considerada a atualização do saldo dos títulos CFT, com base no extrato disponibilizado no Sisfies, sendo que a diferença dos valores foi registrada no resultado, como redução ao valor recuperável. A projeção do parcelamento é revista periodicamente e ajustada sempre que necessário, considerando sempre o saldo atualizado do Proies, registrado no Ativo Circulante e Não Circulante.
- (d) As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de estimativa de perda constituída sobre os cheques em cobrança e os cheques devolvidos.

### Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2020	2019
Mensalidades a receber	(8.440.010)	(6.920.916)
Cheques e cobrança judicial	(2.127.991)	(2.121.550)
Confissão de dívida	(345.412)	(230.681)
<b>Total</b>	<b>(10.913.413)</b>	<b>(9.273.148)</b>

A perda estimada foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função do atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 90 dias, estimativa de 25%;
- A seguir de 89 dias não constitui perda.

Para os cheques em cobrança judicial e confissão de dívida a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

Para reduzir a inadimplência a Administração vem intensificando a cobrança, oferecendo descontos mais agressivos para a negociação dos débitos de longa data e também está em análise a negociação da carteira de cobrança a investidores.

## 5. Contas a receber

Descrição	2020	2019
Adiantamento a Fornecedores	969.438	875.859
Adiantamento a funcionários	216.156	71.329
Outras Contas a Receber	72.268	65.680
Adiantamento para viagem	6.400	10.010
<b>Total</b>	<b>1.264.262</b>	<b>1.022.878</b>

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

#### 6. Depósitos judiciais

Descrição	2020	2019
Depósitos e bloqueios judiciais	5.464.847	3.610.758
<b>Total</b>	<b>5.464.847</b>	<b>3.610.758</b>

A Instituição teve um aumento no volume de depósitos judiciais e bloqueios nos anos de 2019 e 2020, relacionados aos processos trabalhistas, conforme Nota Explicativa nº 16, requerendo os pagamentos das verbas trabalhistas que já estão contabilizadas pela folha de pagamento, não aumentando assim, as despesas de contingências.

#### 7. Compromissos a receber

Descrição	2020	2019
Contratos a receber	23.533.843	21.146.901
<b>Total</b>	<b>23.533.843</b>	<b>21.146.901</b>

2019	Concessões	Amortizações	Juros	2020
21.146.901	8.047.508	(8.386.971)	2.726.405	23.533.843

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2020, é relativo às operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

#### 8. Tributos a recuperar

Descrição	2020	2019
Impostos a recuperar	9.020	9.020
<b>Total</b>	<b>9.020</b>	<b>9.020</b>

Os valores residuais de impostos a recuperar referem-se a pagamento de FGTS em duplicidade.

---

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

#### 9. Investimentos

Descrição	2020	2019
Cesupa - Ágio	3.837.974	3.837.974
Cesupa - Investimento	330.288	305.199
<b>Total</b>	<b>4.168.263</b>	<b>4.143.173</b>

O Investimento corresponde à aquisição de 95% do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda. (CESUPA), Faculdade de Direito (Portaria nº 2.363/MEC).

Em decorrência desta participação é apurado o resultado de equivalência patrimonial. No ano de 2020, foi apurado uma equivalência líquida de R\$ 25.089, com contrapartida em ganho de capital.

Valor Investido	95.000
Quota de Investimento	95%
Patrimônio Líquido da Controlada (PL)	347.672
Valor do Investimento	330.288

O ágio gerado na aquisição de 95% do capital social do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda., CESUPA, está fundamentado no oferecimento do Curso de Direito, conforme receita do curso realizada e projetada:

Realizado no ano de 2020	3.676.138
Projetado no ano de 2021	2.988.253

A redução refere-se ao contexto do mercado e a presença de novos agentes que passaram a operar na região. A expectativa da administração é que as medidas adotadas, melhorem o resultado do curso para os próximos anos.

---

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

### 10. Imobilizado

#### a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2020			2019
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	20.922.568	(11.295.916)	9.626.651	10.554.327
Equipamentos de informática	20%	4.239.502	(4.217.725)	21.777	25.723
Máquinas e equipamentos	10%	4.117.892	(3.954.988)	162.904	231.647
Bibliotecas	10%	3.342.716	(3.204.555)	138.160	253.633
Móveis e utensílios	10%	3.337.917	(3.246.004)	91.913	135.892
Laboratórios	10%	65.869,62	(47.153)	18.716	20.105
Veículos	20%	60.671	(47.403)	13.268	10.680
Equipamentos de ensino	10%	58.083	(49.612)	8.472	22.066
Instrumentos musicais	10%	22.648	(16.448)	6.200	8.256
Instalações	10%	7.671	(7.671)	(0)	133
Equipamentos de comunicação	10%	4.450	(4.450)	0	0
Imobilizações em curso	0%	165.339	-	165.339	164.340
<b>Total</b>		<b>36.345.326</b>	<b>(26.091.925)</b>	<b>10.253.400</b>	<b>11.426.802</b>

#### b. Movimentação do custo

	2019	2020			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.922.568	-	-	-	20.922.568
Equipamentos de informática	4.239.502	-	-	-	4.239.502
Máquinas e equipamentos	4.117.892	-	-	-	4.117.892
Bibliotecas	3.342.716	-	-	-	3.342.716
Móveis e utensílios	3.336.711	1.206	-	-	3.337.917
Veículos	60.671	-	-	-	60.671
Equipamentos de ensino	58.083	-	-	-	58.083
Laboratórios	65.870	-	-	-	65.870
Instrumentos musicais	22.648	-	-	-	22.648
Instalações	7.671	-	-	-	7.671
Equipamentos de comunicação	4.450	-	-	-	4.450
Imobilizações em curso	164.340	999	-	-	165.339
	<b>36.343.120</b>	<b>2.205</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.345.326</b>

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

### 11. Intangível

#### a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa de amortização anual (%)	2020		2019	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Implantação de novos cursos	10%	3.531.732	(3.531.732)	-	-
Direito de uso de software	20%	1.972.524	(1.702.980)	269.544	326.966
<b>Total</b>		<b>5.504.256</b>	<b>(5.234.711)</b>	<b>269.544</b>	<b>326.966</b>

#### b. Movimentação do custo

Descrição	2019	2020			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Implantação de novos cursos	3.531.732	-	-	-	3.531.732
Direito de uso de software	1.972.524	-	-	-	1.972.524
<b>Total</b>	<b>5.504.256</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.504.256</b>

### 12. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx. de juros	Vencimentos	Garantias	2020	2019
<b>Circulante</b>						
Banrisul	Cap. De Giro	0,60% a.m	22/11/2019	Recebíveis	-	34.441
Banrisul	Cap. De Giro	0,60% a.m	09/02/2020	Recebíveis	-	44.154
<b>Total circulante</b>					<b>-</b>	<b>78.595</b>

Em fevereiro de 2020, houve a quitação dos empréstimos realizados pelo Banco Banrisul.

### 13. Obrigações trabalhistas

Descrição	2020	2019
FGTS a recolher	12.991.927	9.828.702
Salários e ordenados	6.644.721	2.664.159
Acordo trabalhista	3.524.239	3.071.771
Rescisões e homologações	3.309.129	2.651.452
Provisão Férias	1.847.416	2.182.938
13º salário	1.558.676	1.585.703
Mensalidade sindical a recolher	820.547	594.553
INSS a recolher	738.651	1.199.534
Contribuição Assistencial	449.307	378.340
Provisão FGTS férias	147.682	176.964
Serviços avulsos s/ vínculo	91.332	89.395
Pensão Alimentícia	58.713	24.329
Rendimentos a pagar estagiários	24.508	9.427
Contribuição Sindical a Recolher	19.413	16.594
Consignações Financeiras de Empregados	-	372.943
	<b>32.226.261</b>	<b>24.846.805</b>

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A Administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcelamentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 30.

### 14. Obrigações tributárias

Descrição	2020	2019
IRRF s/ Salários	6.127.656	3.195.286
INSS s/ Serviços	456.127	443.650
PIS/COFINS/CSL s/ Serviços	21.194	20.929
ISS S/ Serviços	89.129	78.118
IRRF s/ Serviços	36.071	9.429
	<b>6.730.176</b>	<b>3.747.412</b>

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Em fevereiro de 2020, foi rescindida uma das modalidades do Parcelamento Simplificado de débitos de natureza tributária e não-tributária de parte dos valores de IRRF sobre salários e serviços, de competências anteriores à 2019. Em dezembro de 2020 houve a adesão do Parcelamento Transação Excepcional Portaria -14402/2020 (pandemia), das competências de março 2019 a junho 2020 de IRRF sobre salários e serviços. Para sanar os valores não recolhidos, a Administração pleiteia novos parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 30.

### 15. Parcelamentos

Descrição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2020	2019	2020	2019
Parcelamento Proies (a)	2.856.655	2.444.769	15.042.670	17.358.880
Parcelamento PERT Lei n. 13.496/2017 (b)	3.338.767	1.517.844	9.402.179	12.096.593
FGTS Parcelado (c)	2.304.301	1.973.811	3.643.714	4.313.165
Outros Parcelamentos (d)	109.870	1.250.705	128.182	3.586.922
INSS Parcelado (e)	265.285	282.069	809.493	823.423
Parc. Trans. Excep. Port-14402/2020 (f)	249.211		4.826.129	
	<b>9.124.088</b>	<b>7.469.200</b>	<b>33.852.367</b>	<b>38.178.983</b>

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

- (a) A Instituição aderiu ao parcelamento Proies - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, através da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, no qual refinanciou suas dívidas tributárias em dezembro de 2012 e suas dívidas previdenciárias em junho de 2016, para pagamento ao longo de 180 meses com até 90% com concessão de bolsas de estudo nos moldes do Prouni, que estão registradas no Ativo Circulante - Mensalidades a Receber, conforme Nota Explicativa nº 4;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aquele objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21 de junho de 2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30 de junho de 2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do artigo 2º da referida Lei;
- (c) Parcelamento trabalhista FGTS - no exercício de 2009, o Instituto obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de vigência de 2006 a 2009. O parcelamento foi efetuado em 125 prestações, que são atualizadas conforme previsto na Lei nº 8.036/90. Em setembro de 2015, ocorreu a consolidação de parcelamento das competências 05/2015 e 06/2015 a serem amortizadas em 60 parcelas. Em 2018, teve a consolidação de um novo parcelamento de FGTS, no valor de R\$ 5.970.952 das competências 12/2003 a 08/2019 e 05/2016 a 06/2017 a serem amortizadas em 60 parcelas;
- (d) Em maio de 2019, a Instituição aderiu ao Parcelamento Simplificado de débitos de natureza tributária e não-tributária, incluindo valores devidos de IRRF R\$ 4.939.825, CSRF R\$ 49.996 e multa CLT R\$ 99.656 totalizando R\$ 5.089.477. O parcelamento foi firmado em 60 parcelas e com previsão de quitação em abril de 2024;
- (e) Os débitos de INSS das competências 11/2018 a 04/2019 foram parcelados, através do Parcelamento Simplificado Previdenciário em maio de 2019. O valor total parcelado foi de R\$ 1.161.278, a ser amortizado em 60 parcelas com previsão de quitação em abril de 2024.
- (f) Em dezembro de 2020 houve a adesão do Parcelamento Transação Excepcional Portaria - 14402/2020 (pandemia). Neste parcelamento foram inclusos parte dos débitos de natureza tributária e não-tributária, das competências de março 2019 a junho 2020. O valor total parcelado foi de R\$ 5.094.672, a ser amortizado em 145 parcelas com previsão de quitação em novembro de 2032.

#### 16. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido a partir de 2016. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020			2019		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
<b>Circulante</b>						
Trabalhista	9.344.466	-	9.344.466	1.599.862	-	1.599.862
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-
<b>Total CP</b>	<b>9.344.466</b>	<b>-</b>	<b>9.344.466</b>	<b>1.599.862</b>	<b>-</b>	<b>1.599.862</b>
<b>Não Circulante</b>						
Trabalhista	8.857.413	5.464.847	14.322.259	4.427.528	3.610.758	816.770
Cíveis	148.661	-	148.661	2.718.545	-	2.718.545
Tributária	228.997	-	228.997	228.997	-	228.997
<b>Total LP</b>	<b>9.235.070</b>	<b>5.464.847</b>	<b>14.699.917</b>	<b>7.375.069</b>	<b>3.610.758</b>	<b>3.764.311</b>
<b>Total CP+LP</b>	<b>18.579.536</b>	<b>5.464.847</b>	<b>24.044.383</b>	<b>8.974.931</b>	<b>3.610.758</b>	<b>5.364.173</b>

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas, sobretudo de processos trabalhistas. Para a elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.974.931
Movimentação líquida	9.604.605
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.579.536

### Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco adotada em 2019, prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2020	2019
Perdas possíveis	29.488.858	20.915.221

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

#### 17. Compromissos a pagar

Descrição	2020	2019
Compromissos a pagar	174.772.790	149.375.236
<b>Total</b>	<b>174.772.790</b>	<b>149.375.236</b>

  

219	Captações	Amortizações	Juros	2020
149.375.236	24.377.842	(18.592.691)	19.612.403	174.772.790

Os saldos são relativos a operações com as Instituições de Ensino da Metodista, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

#### 18. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto está constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, assim como por resultados acumulados desde a data de sua constituição, mensurados e registrados em obediência à legislação específica aplicável, e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 19. Gratuitades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13 determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada nove alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
	<u>Educação Superior</u>	<u>Educação Superior</u>
<b>Quantidade de alunos</b>		
Número de alunos matriculados	1602	2429
Número de alunos pagantes	925	1919
<b>Quantidade de bolsistas gratuidade</b>		
Bolsistas Integrais (100%)	358	498
Bolsistas Parciais (50%)	104	193
<b>Total bolsistas</b>	<u>462</u>	<u>691</u>
	2020	2019
	<u>Educação Superior</u>	<u>Educação Superior</u>
<b>Bolsas Gratuidade</b>		
<b>Bolsas Integrais (100%)</b>	<u>5.247.259</u>	<u>7.805.039</u>
Recursos próprios	637.224	822.795
PROUNI	4.610.035	6.982.244
<b>Bolsas Parciais (50%)</b>	<u>808.950</u>	<u>1.576.367</u>
Recursos próprios	45.352	75.430
PROUNI	763.598	1.500.937
<b>Valor total de Gratuidades</b>	<u>6.056.209</u>	<u>9.381.406</u>
<b>Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)</b>		
<b>Educação Básica e Superior</b>		
Outras Bolsas Integrais (100%)	749.298	49.772
Outras Bolsas Parciais (50%)	1.289.476	2.605.034
	<u>2.038.773</u>	<u>2.654.807</u>
<b>Pós Graduação</b>		
Outras Bolsas Integrais e Parciais	9.874	52.033
<b>Valor total de Outras Bolsas</b>	<u>2.048.648</u>	<u>2.706.839</u>

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

#### 20. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de ensino	34.713.495	48.819.977
Receita administrativa	87.367	135.724
<b>Receita Bruta</b>	<b>34.800.862</b>	<b>48.955.702</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Bolsas gratuidade	(6.056.209)	(9.381.406)
Outras Bolsas	(2.048.648)	(2.706.839)
Descontos concedidos	(3.416.632)	(2.839.163)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>23.279.374</u></b>	<b><u>34.028.293</u></b>

No ano de 2020, houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na Nota Explicativa nº 19, no entanto, a Instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A Administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme Nota Explicativa nº 1.3 - Situação Financeira e Patrimonial e nº 30 - Eventos Subsequentes.

#### 21. Custo dos serviços prestados

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(18.038.532)	(21.148.101)
Encargos e Benefícios	(1.168.417)	(1.485.572)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(43.164)	(96.965)
Despesas gerais e administrativas	(146.056)	22.929
Outras despesas operacionais	(22.655)	(90.487)
Depreciação e Amortização	(49.616)	(52.778)
<b>Total</b>	<b><u>(19.468.440)</u></b>	<b><u>(22.850.974)</u></b>

Em 2020, houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 20.

#### 22. Despesas com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(5.717.819)	(9.646.637)
Encargos e Benefícios	(1.945.653)	(2.767.214)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(71.907)	(164.601)
<b>Total</b>	<b><u>(7.735.379)</u></b>	<b><u>(12.578.452)</u></b>

Em 2020, houve redução de despesas com pessoal, para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 20.

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

#### 23. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Energia Elétrica	(335.454)	(734.426)
Outras despesas	(51.325)	(140.412)
Impostos e Taxas	(30.214)	(126.100)
Material de Uso e Consumo	(50.654)	(110.361)
Transporte em geral	(17.710)	(82.677)
Serviços de Terceiros	(140.540)	(81.939)
Manutenção e Conservação	(43.699)	(74.864)
Telecomunicações	(27.167)	(52.443)
Água	(34.889)	(40.276)
Propaganda e Publicidade	(5.748)	(15.693)
Material Clínico Hospitalar	(14.559)	(6.682)
Material Didático	(11.522)	(8.094)
	<u><b>(763.481)</b></u>	<u><b>(1.473.965)</b></u>

Em 2020, houve redução das despesas gerais e administrativas, para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 20.

#### 24. Outras despesas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Alugueis	(2.123.098)	(2.035.167)
Outras despesas operacionais	(242.789)	(268.553)
Licença e manutenção do uso de softworks	(291.144)	(433.836)
Contribuições a Associações	(44.690)	(81.909)
Serviços gráficos	(5.177)	(19.654)
Lanches e Refeições	(3.105)	(9.121)
Consultorias	(147.113)	(33.963)
Viagens e Estádias	(6.843)	(12.783)
	<u><b>(2.863.959)</b></u>	<u><b>(2.894.986)</b></u>

Em 2020, houve redução das outras despesas para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 20.

---

## INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

#### 25. Despesas financeiras

	2020	2019
Juros e Multa Passivos (a)	20.639.220	18.697.324
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos	1.058.839	1.932.572
Despesas Bancárias	608.016	949.654
Descontos Concedidos	-	330
Iof/loc	-	45
<b>Total</b>	<b>22.306.075</b>	<b>21.579.925</b>

(a) Deste montante, R\$ 19.612.403, referem-se à atualização das operações de mútuo realizadas entre Instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 17;

#### 26. Receitas financeiras

	2020	2019
Juros e Multa Ativos (a)	2.781.451	3.085.990
Descontos Obtidos	14	17.719
Rendimentos s/ Aplicações	31.471	-
Variação Monetária Ativa	-	(43.199)
<b>Total</b>	<b>2.812.936</b>	<b>3.060.510</b>

(a) Deste montante, o valor de R\$ 2.726.405 refere-se à atualização das operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 7.

#### 27. Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

##### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

---

### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **28. Seguros (não auditado)**

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### **29. Declarações de impostos e contribuições**

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

### **30. Eventos subsequentes**

#### **Recuperação Judicial**

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Após análises, em razão dos dados efetivos, cenários atuais e futuros, entendeu-se pela necessidade do ingresso de Ação de Recuperação Judicial, aforando a demanda na vara especializada da Comarca de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, região que concentra o maior número de instituições metodistas de ensino.

---

## **INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)**

---

Nesse sentido, em 13/04/2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial.

No dia 09/05/2021, foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial.

A empresa sobredita, em 28/07/2021 apresentou parecer ao plano de recuperação judicial (PRJ). Todos os encaminhamentos seguintes estão disponíveis no site do administrador judicial.

Em 09/10/2021, o juízo da Recuperação, deferiu a prorrogação do “stay period” por mais 180 dias, mantendo a “blindagem” sobre o patrimônio das Recuperandas.

Em 17/11/2021, em complemento ao agravo interno, foi protocolado pelas recuperandas, ainda pendente de análise, pedido de SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE 08/11/2021, que deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S/A ao Superior Tribunal de Justiça, para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09/09/2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Após o deferimento da Recuperação Judicial, ocorrida em maio de 2021, houve negociação com fornecedores visando a continuidade das parcerias de fornecimento de insumos, prestação de serviços e licenças de softwares. Obtivemos êxito na perpetuação do quadro de fornecedores grandes e médios mesmo possuindo valores dentro do Plano de Recuperação Judicial, no caso de fornecedores de pequeno porte 95% dos mesmos aceitaram as condições para a continuidade da parceria entendendo que o soerguimento do agente econômico e perpetuação das operações ao longo do tempo permitirá o recebimento dos valores pretéritos e futuros.

Alternativas de captação de recursos financeiros, via operação de DIP Financing (debtor-in-possession) estão em tratativas, visando geração de recursos de capital de giro necessários ao fortalecimento e reorganização da prestação de serviços educacionais.

#### **Transação Fiscal**

A Transação Fiscal junto a PGFN e RFB visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos.

---

# INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

---

Em 13/05/2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

No dia 06/08/2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27/09/2021, para ajustar o cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise. No momento, aguardamos resposta da PFN sobre os termos apresentados.

### **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Perda de crédito estimada (“PCR”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

### **31. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração e Diretoria Geral em reunião realizada em 03 de dezembro de 2021.

---

Ismael Forte Valentin  
Diretor Geral

---

Angela Maria Quartarolo Gallo  
Contadora  
CRC: 1 SP 198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 26/11/2021.

---